

4

**Emissora**

9

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

**Agente Fiduciário**

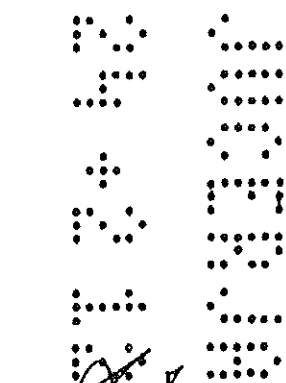
15 de fevereiro de 2012



5

## Índice

1.	DEFINIÇÕES E AUTORIZAÇÃO .....	1
2.	REQUISITOS .....	1
3.	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA .....	2
4.	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	4
5.	VENCIMENTO ANTECIPADO .....	13
6.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....	17
7.	AGENTE FIDUCIÁRIO .....	19
8.	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	25
9.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO .....	27
10.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA .....	27
11.	DESPESAS .....	29
12.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29
13.	LEI APLICÁVEL E FORO .....	30
	ANEXO I — DEFINIÇÕES .....	1



Handwritten signature or mark.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**

Pelo presente Instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- (i) **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");
- (ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, neste ato representada na forma do seu contrato social, nomeada na presente escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

celebram o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE.*" ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), observadas as cláusulas a seguir.

**1. DEFINIÇÕES E AUTORIZAÇÃO**

1.1. Palavras e expressões em maiúsculas, não definidas no texto desta Escritura, terão o significado a elas atribuído no Anexo I.

1.2. A emissão das Debêntures, a Oferta e a constituição das Garantias Reais serão realizadas com base nas deliberações tomadas em reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 03 de fevereiro de 2012 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora e conforme artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

**2. REQUISITOS**

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos descritos a seguir.

**2.1. Arquivamento e publicação de atos societários**

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no "Jornal do Comércio" ("Jornal") e no DOERJ, em atendimento ao artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.



## 2.2. Registro da Escritura

2.2.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCERJA, em atendimento ao artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.3. Registro em cartórios

2.3.1. O Contrato de Garantias Reais, no prazo ali previsto, será registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas de (i) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; e (ii) São Paulo, no Estado de São Paulo. Uma via, devidamente registrada, do Contrato de Garantias Reais, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, no prazo fixado no Contrato de Garantias Reais.

## 2.4. Dispensa automática de registro

2.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. Nos termos do artigo 25, §1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a Oferta, por se realizar no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto, está também automaticamente dispensada de registro naquela associação.

## 2.5. Registro para distribuição e negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição, e para negociação no mercado secundário, através do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos operacionalizados e administrados pela CETIP. As Debêntures serão liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Qualquer negociação das Debêntures somente poderá ocorrer de acordo com a Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, conforme o caso, por tal Investidor Qualificado e verificação do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5.2.1. "Investidores Qualificados" são os assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado, entretanto, o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

## 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

### 3.1. Objeto social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- (I) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de



resíduos sólidos domésticos e industriais, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e

- (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea "I", supra, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.

### 3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. Esta é a 2ª emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

### 3.3. Número de séries

- 3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.4. Valor total da Emissão

- 3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

### 3.5. Destinação dos recursos

- 3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; e (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, inclusive comissões do Coordenador Líder e despesas de registro em cartório.

### 3.6. Forma e procedimento de colocação

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do contrato de coordenação, colocação e distribuição a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação"), que organizará plano de distribuição, tendo como público-alvo Investidores Qualificados com perfil de risco adequado às Debêntures. Conforme a referida instrução: (i) será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures deverão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

- 3.6.2. Observado o artigo 8º, §2º, da Instrução CVM 476 o encerramento da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias, contado de seu encerramento.



### 3.7. Banco mandatário e escriturador

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário da Emissão ("Banco Mandatário"). A Itaú Corretora de Valores S.A. será o agente escriturador das Debêntures ("Agente Escriturador").

## 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal").

### 4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

### 4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de fevereiro de 2012 ("Data de Emissão").

### 4.4. Prazo e Data de Vencimento

4.4.1. As Debêntures vencerão em 15 de fevereiro de 2017 ("Data de Vencimento").

4.4.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida.

### 4.5. Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sem a emissão de certificados.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Agente Escriturador.

4.5.3. Adicionalmente, será expedido, pela CETIP, extrato, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

### 4.6. Conversibilidade

4.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

### 4.7. Espécie e garantia

4.7.1. As Debêntures serão da espécie quirogratária (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão, adicionalmente, com garantias reais, nos termos do Contrato de Garantias Reais e do disposto abaixo.



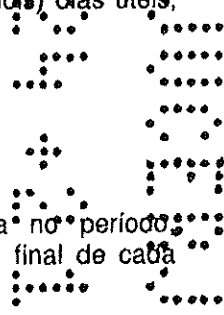
**4.7.2.** Será constituída, em garantia das Obrigações, (i) penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, em 1º grau, oriundos da prestação dos Serviços, pela Emissora, para os Usuários dos Municípios Autorizados; e (ii) cessão fiduciária sobre o saldo positivo da conta vinculada, na qual a Emissora se obriga a depositar, mensalmente os recursos oriundos dos direitos creditórios empenhados referidos em "i", em montante equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor (a) da próxima Amortização Programada acrescida do valor da Remuneração devida, no mês subsequente ao da transferência; ou (b) em caso de vencimento antecipado das obrigações, das Amortizações Programadas devidas acrescidas da Remuneração aplicável, sem prejuízo dos acréscimos de outros encargos incidentes sobre o saldo devedor ("Garantias Reais"). As Garantias Reais serão formalizadas por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios, Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças", a ser celebrado na data de celebração desta Escritura, entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantias Reais"), e cujo monitoramento será feito pelo Agente Fiduciário, nos termos de referido contrato, sem prejuízo das obrigações estipuladas nesta Escritura. O Contrato de Garantias Reais irá detalhar as demais características das Garantias Reais bem como irá impor diversas outras obrigações para Emissora, nos termos nele descritos.

**4.7.3.** Cabe ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução, judicial ou extrajudicial, das Garantias Reais, uma vez verificada qualquer hipótese de inadimplemento das Obrigações pela Emissora, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em AGD, especialmente convocada para tal fim, observado o disposto no Contrato de Garantias Reais.

**4.7.4.** As Garantias Reais poderão ser executadas, individual ou conjuntamente, e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Obrigações. A não-excussão, total ou parcial, das Garantias Reais, ou sua excussão tardia, por parte do Agente Fiduciário, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda do direito de excussão das Garantias Reais pelos Debenturistas.

#### **4.8. Remuneração**

**4.8.1.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):
 



$$J = VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]$$

onde:

**J** corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

**VNe** corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



**Fator DI** correspondente ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{di}} (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

**$n_{di}$**  corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{di}$ " um número inteiro;

**$\text{TDI}_k$**  corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**$k$**  corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até  $n_{di}$ ;

**$\text{DI}_k$**  corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**Fator Spread** corresponde ao spread de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left( \frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

**Spread** corresponde a 2,20; e

**$n$**  corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e, a data atual, exclusive, sendo " $n$ " um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDI}_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.





O fator resultante da expressão (FatorDI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2. A Remuneração será devida a partir da Data de Emissão, nas seguintes datas (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):

#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração
1	15.03.2012	21	15.11.2013	41	15.07.2015
2	15.04.2012	22	15.12.2013	42	15.08.2015
3	15.05.2012	23	15.01.2014	43	15.09.2015
4	15.06.2012	24	15.02.2014	44	15.10.2015
5	15.07.2012	25	15.03.2014	45	15.11.2015
6	15.08.2012	26	15.04.2014	46	15.12.2015
7	15.09.2012	27	15.05.2014	47	15.01.2016
8	15.10.2012	28	15.06.2014	48	15.02.2016
9	15.11.2012	29	15.07.2014	49	15.03.2016
10	15.12.2012	30	15.08.2014	50	15.04.2016
11	15.01.2013	31	15.09.2014	51	15.05.2016
12	15.02.2013	32	15.10.2014	52	15.06.2016
13	15.03.2013	33	15.11.2014	53	15.07.2016
14	15.04.2013	34	15.12.2014	54	15.08.2016
15	15.05.2013	35	15.01.2015	55	15.09.2016
16	15.06.2013	36	15.02.2015	56	15.10.2016
17	15.07.2013	37	15.03.2015	57	15.11.2016
18	15.08.2013	38	15.04.2015	58	15.12.2016
19	15.09.2013	39	15.05.2015	59	15.01.2017
20	15.10.2013	40	15.06.2015	60	15.02.2017

4.8.3. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.5. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura), cujo aviso será publicado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após (i) o prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer Obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso,



do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

**4.8.6.** Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

**4.8.7.** Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

**4.8.8.** Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de: (i) Controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, os parentes até segundo grau e pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer dos administradores da Emissora; e (iii) fundos de investimento exclusivo da Emissora, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

#### **4.9. Repactuação**

**4.9.1.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.10. Subscrição e Integralização**

**4.10.1.** A totalidade das Debêntures será subscrita na mesma data, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

**4.10.2.** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

**4.10.3.** Todas as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

#### **4.11. Pagamento**

**4.11.1.** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) por intermédio da CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (i) na sede da Emissora; ou (ii) por meio do Agente Escriitador.

**4.11.2.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva Obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser



realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.11.3. Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das Obrigações ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.11.4. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das Obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.11.5. Caso goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, o Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.12. Amortização Programada

4.12.1. As Debêntures serão amortizadas em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas ("Amortização Programada"), na forma e percentuais dispostos no quadro abaixo calculados sobre o Valor Nominal das Debêntures.

#	Data	Percentual de Amortização	#	Data	Percentual de Amortização
1	15.03.2012	1,6667%	31	15.09.2014	1,6667%
2	15.04.2012	1,6667%	32	15.10.2014	1,6667%
3	15.05.2012	1,6667%	33	15.11.2014	1,6667%
4	15.06.2012	1,6667%	34	15.12.2014	1,6667%
5	15.07.2012	1,6667%	35	15.01.2015	1,6667%
6	15.08.2012	1,6667%	36	15.02.2015	1,6667%
7	15.09.2012	1,6667%	37	15.03.2015	1,6667%
8	15.10.2012	1,6667%	38	15.04.2015	1,6667%
9	15.11.2012	1,6667%	39	15.05.2015	1,6667%
10	15.12.2012	1,6667%	40	15.06.2015	1,6667%
11	15.01.2013	1,6667%	41	15.07.2015	1,6667%
12	15.02.2013	1,6667%	42	15.08.2015	1,6667%
13	15.03.2013	1,6667%	43	15.09.2015	1,6667%
14	15.04.2013	1,6667%	44	15.10.2015	1,6667%
15	15.05.2013	1,6667%	45	15.11.2015	1,6667%
16	15.06.2013	1,6667%	46	15.12.2015	1,6667%
17	15.07.2013	1,6667%	47	15.01.2016	1,6667%
18	15.08.2013	1,6667%	48	15.02.2016	1,6667%
19	15.09.2013	1,6667%	49	15.03.2016	1,6667%
20	15.10.2013	1,6667%	50	15.04.2016	1,6667%
21	15.11.2013	1,6667%	51	15.05.2016	1,6667%
22	15.12.2013	1,6667%	52	15.06.2016	1,6667%
23	15.01.2014	1,6667%	53	15.07.2016	1,6667%
24	15.02.2014	1,6667%	54	15.08.2016	1,6667%
25	15.03.2014	1,6667%	55	15.09.2016	1,6667%



26	15.04.2014	1,6667%	56	15.10.2016	1,6667%
27	15.05.2014	1,6667%	57	15.11.2016	1,6667%
28	15.06.2014	1,6667%	58	15.12.2016	1,6667%
29	15.07.2014	1,6667%	59	15.01.2017	1,6667%
30	15.08.2014	1,6667%	60	15.02.2017	Saldo

#### 4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações: (i) por preço igual ou inferior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por preço superior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser recolocadas no mercado.

#### 4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, oferta irrevogável de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta ("Oferta de Resgate Antecipado" e "Resgate Antecipado", respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado e o Resgate Antecipado serão operacionalizados da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado ou de envio de carta a todos os Debenturistas ("Editais de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) data efetiva para o resgate das Debêntures em Circulação e pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (b) data limite para os Debenturistas manifestarem, à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, a intenção de aderirem a Oferta de Resgate Antecipado, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Edital de Resgate Antecipado, e o procedimento para tal manifestação; e (c) demais informações relevantes aos Debenturistas;
- (ii) A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado de todos os Debenturistas que manifestaram sua aceitação à Oferta de Resgate Antecipado na data indicada no Edital de Resgate Antecipado;
- (iii) O valor a ser pago aos Debenturistas em decorrência do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado, acrescido de um prêmio fixo, a depender da data em que o Resgate Antecipado será efetuado, de acordo com a tabela abaixo:



<b>Data do Resgate</b>	<b>Prêmio sobre o valor do Resgate Antecipado</b>
Entre a Data de Emissão e 15.03.2012, inclusive	0,60%
Entre 16.03.2012 e 15.08.2012, inclusive	0,55%
Entre 16.08.2012 e 15.02.2013, inclusive	0,50%
Entre 16.02.2013 e 15.08.2013, inclusive	0,45%
Entre 16.08.2013 e 15.02.2014, inclusive	0,40%
Entre 16.02.2014 e 15.08.2014, inclusive	0,35%
Entre 16.08.2014 e 15.02.2015, inclusive	0,30%
Entre 16.02.2015 e 15.08.2015, inclusive	0,25%
Entre 16.08.2015 e 15.02.2016, inclusive	0,20%
Entre 16.02.2016 e 15.08.2016, inclusive	0,15%
Entre 16.08.2016 e a Data de Vencimento	0,10%

- (iv) Caso, em decorrência das adesões à Oferta de Resgate Antecipado, não seja realizado o Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, referido resgate deverá ser efetivado conforme procedimentos da CETIP, através de "Operação de Compra e Venda Definitiva", entre as partes, ou outra funcionalidade disponível pela CETIP.

**4.14.2.** As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

**4.14.3.** A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua efetivação.

#### **4.15. Amortização Antecipada Facultativa**

**4.15.1.** Dependerá de proposta da Emissora e de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em AGD, nos termos da cláusula 8 abaixo, a amortização antecipada das Debêntures pela Emissora, observado que, a aprovação pelos Debenturistas de amortização antecipada facultativa das Debêntures em percentual superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal das Debêntures, ou seu saldo, conforme o caso, ensejará, para fins de operacionalização da amortização na CETIP, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures. A CETIP deverá ser comunicada da convocação e da deliberação de referida AGD bem como da realização da amortização antecipada facultativa com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua efetivação.

#### **4.16. Incorporação, Fusão ou Cisão**

**4.16.1.** Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.

#### **4.17. Comunicações**

**4.17.1.** Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Jornal, podendo, adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.



4.17.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**

At: Hélio Cabral Moreira  
Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova  
CEP 20210-031, Rio de Janeiro, RJ  
Telefone: (21) 2332-3644  
Fax: (21) 2332-3644  
Email: helio.cabral@cedae.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

At: Viviane Rodrigues  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
Telefone: (11) 2172-2628  
Fax: (11) 3078-7264  
Email: vrodrigues@plannercorretora.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário

**Itaú Unibanco S.A.**

At: Claudia Vasconcellos  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal  
CEP 04344-902, São Paulo, SP  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fax: (011) 5029-1920  
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Agente Escriturador

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

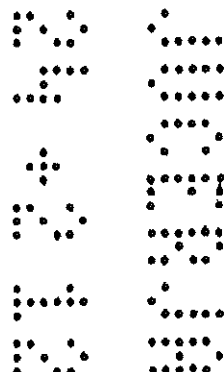
At: Claudia Vasconcellos  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
Telefone: (11) 5029-1910  
Fax: (011) 5029-1920  
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP

Av. República do Chile, 230, 11º andar  
CEP: 20031-919, Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (21) 2276-7474

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 1º andar  
Jardim Paulistano  
CEP: 01452-001  
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400



*[Handwritten signatures]*

4.17.3. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.17.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.

## 5. VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1. Observado o disposto nas cláusulas 5.2.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, não sanada no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de formalizar as Garantias Reais, nos termos e no prazo estabelecido no Contrato de Garantias Reais;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais;
- (iv) caducidade, encampação, não renovação, revogação das Concessões ou qualquer outro ato ou efeito, cujo efeito, individual ou conjuntamente, represente redução no período, em comparação com o resultado atual e dos 3 (três) primeiros trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante de Arrecadações relativas exclusivamente aos Municípios Autorizados, conforme o Relatório de Arrecadações da Emissora;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações ou licenças, de qualquer espécie, que não as Concessões, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora ou a Controlada em questão comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;



- (vi) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não sejam sanados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados: (i) do conhecimento, pela Emissora da falsidade, incorreção ou do engano, (ii) da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (iii) da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, dos três o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- (vii) pedido de recuperação judicial ou submissão, a qualquer credor ou classe de credores, de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (viii) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (ix) caso as garantias previstas no Contrato de Garantias Reais sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornem-se insuficientes, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) realização de redução do capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) descumprimento de qualquer decisão judicial ou administrativa contra a Emissora ou qualquer Controlada, em valor unitário ou agregado superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (xiii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, a que estejam sujeitas a Emissora ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas, ou inserção da Emissora ou de qualquer de suas Controladas em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior, a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos ou órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização do referido protesto ou inserção, seja validamente comprovado pela Emissora, por si ou em nome da sua Controlada





em questão, que (i) o protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto ou inserção foi suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda, (iii) foram prestadas garantias em juízo;

- (xv) se as Garantias Reais deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com a garantia real dos credores das Dívidas Existentes, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xvi) compartilhamento ou constituição de quaisquer novos Ônus (excetuados aqueles em decorrência das Dívidas Existentes, conforme descritos no Contrato de Garantias Reais) sobre as Garantias Reais ou sobre os bens e direitos a que elas se relacionam, nos termos do Contrato de Garantias Reais, sem a aprovação prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD;
- (xvii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xviii) realização de qualquer pagamento de Participação no Resultado pela Emissora ou por qualquer Controlada, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xix) outorga ou constituição de garantias de quaisquer espécies em favor de terceiros sobre quaisquer bens ou direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas, em valores individuais ou agregados, superiores a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);
- (xx) qualquer Reorganização Societária da Emissora, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (xxi) Alienação ou Oneração do Controle da Emissora a uma Pessoa que não seja uma Parte Relacionada, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (xxii) existência de ato de qualquer Pessoa, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos e propriedades da Emissora e/ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Controladas;
- (xxiii) alteração do objeto social da Emissora que impacte de modo significativo as atividades atualmente desempenhadas pela Emissora e a prestação dos Serviços;
- (xxiv) não-manutenção, pela Emissora, do seguinte Índice financeiro, a ser apurado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações e documentos recebidos nos termos da cláusula 6.1(l)(b) abaixo, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento de tais informações e documentos ("Índice Financeiro"):



### Dívida Líquida/LAJIDA < 3,50

onde:

**"Dívida Líquida"** corresponde ao somatório das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pela Emissora junto a pessoas jurídicas e instituições financeiras, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, sem limitação, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como valores a pagar a acionistas, reduzido pelo montante de caixa e equivalentes; e

**"Lajida"** corresponde ao somatório, em base consolidada da Emissora: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período; e (v) dos tributos.

**5.1.2.** A comparação referida na cláusula 5.1.1(iv) será realizada, pelo Agente Fiduciário, com base no relatório referido na cláusula 6.1, abaixo, 4 (quatro) vezes por ano, (i) no último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais da Emissora, nos termos da regulamentação da CVM, ou (ii) em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da divulgação das respectivas informações financeiras, o que ocorrer primeiro.

**5.1.3.** A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário pela Emissora em prazo de até 3 (três) dias úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou a comunhão dos Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura, no Contrato de Garantias Reais e nos demais documentos da Emissão ou da Oferta, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Obrigações.

### 5.2. Quorum

**5.2.1.** A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens "i", "ii", "vii", "viii", "ix", "xiii", "xiv", "xv", "xvi" e "xvii" da cláusula 5.1.1 acima acarretará, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura.

**5.2.2.** Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos demais subitens da cláusula 5.1.1. acima, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na cláusula 8 abaixo e o quorum específico para as deliberações estabelecido na cláusula 5.2.3 abaixo.



5.2.3. A AGD a que se refere a cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo. Se na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não realização da AGD por falta de quorum ou qualquer outro motivo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, (e, no caso do subitem (i) da cláusula 5.1.1 acima, dos Encargos Moratórios devidos, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados) em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.2.5. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a cláusula 5.2.4 acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

## 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

(I) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) até, no máximo, o último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações trimestrais de cada um dos 3 (três) trimestres de cada exercício social, nos termos legais, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhada de relatório de revisão especial dos auditores independentes e do Relatório de Arrecadações referente às Arrecadações da Emissora do trimestre em questão, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com as Arrecadações do mesmo período relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na cláusula 5.1.1 desta Escritura;
- (b) até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, sobre o Índice Financeiro, e do Relatório de Arrecadações referente às Arrecadações da Emissora do exercício em questão, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com as Arrecadações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; (2) declaração



dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na cláusula 5.1.1 desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; (4) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento do Índice Financeiro; e (5) cópia do organograma atualizado do grupo econômico da Emissora, incluindo as suas Controladas, com base na data de envio do relatório;

- (c) (1) data e ordem do dia de qualquer assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") no mesmo dia da publicação de sua convocação, e (2) cópias de todas as atas de Assembleias Gerais, de todas as reuniões do Conselho de Administração da Emissora que forem levadas a registro nos termos do parágrafo 1º do artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e, se instalado, e de todas as atas do Conselho Fiscal, que forem publicadas ou levadas a registro, na data em que forem realizadas;
  - (d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
  - (e) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 3 (três) dias contados da respectiva data de solicitação; e
  - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na cláusula 5.1.1 acima, imediatamente após sua ocorrência;
- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas auditadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - (iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor devidamente registrado na CVM;
  - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (v) manter os documentos mencionados no inciso anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (vi) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente tal fato ao Coordenador Líder;
  - (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM tempestivamente;



- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão ou com as Debêntures, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xi) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, se aplicável, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; e
- (xiv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto eventuais descumprimentos que não venham a causar um Impacto Adverso Relevante.

## 7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia **Planner Trustee DTVM Ltda.**, acima qualificado, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, estando autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;



(vii) que a Oferta, a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, ou a que esteja sujeito; e

(viii) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido na cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após a integralização das Debentures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.

7.4. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- (III) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCERJA, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias Reais, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos do Contrato de Garantias Reais;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores civis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal, e enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (xiv) comparecer a qualquer AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no referido período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) pagamento da Remuneração e da Amortização Programada, bem como aquisições, resgates e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (1) denominação da companhia ofertante;
  - (2) valor da emissão;
  - (3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (4) espécie;
  - (5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- (xvi) colocar o relatório de que trata a cláusula 7.4 (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:





- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM;
  - (d) na sede do Coordenador Líder; e
  - (e) na CETIP.
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xviii) divulgar as informações referidas na alínea "k" a cláusula 7.4.(xv) acima em sua página na internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador, e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xx) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente ou amortizadas, se for o caso;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxiii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na cláusula 6.1, acima;
- (xxiv) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em seu ou em ato normativo da CVM;
- (xxv) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (xxvi) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nos termos desta Escritura.



7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) a título de honorários pelos serviços, serão devidas parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 03 (três) dias úteis após a data de assinatura desta Escritura, e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Referida remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, a ser paga proporcionalmente com base nos meses de atuação do Agente Fiduciário;
- (ii) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas Obrigações ou em caso de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida, ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicada (a) à assessoria aos Debenturistas; (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; (d) à execução das Garantias Reais ou das Debêntures. Referida remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- (iii) as parcelas de remuneração serão atualizadas, anualmente, pela variação acumulada do IGP-M, a partir da Data de Emissão, ou na sua falta, pelo Índice oficial que vier a substituí-lo;



- (iv) os impostos (ISSQN, PIS e COFINS), nas alíquotas vigentes na data de pagamento, serão acrescidos à remuneração estabelecida nesta cláusula 7.7; e
- (v) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (vi) eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão poderão ensejar a revisão dos honorários estabelecidos nesta Escritura, a serem acordados entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Desta maneira, as remunerações indicadas na cláusula 7.7 acima não incluem as despesas razoáveis e comprovadas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventuais especialistas, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias corridos, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da cláusula 7.9 abaixo.

7.9. O ressarcimento a que se refere a cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.10. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures.

7.11. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.

## 8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 8.1. Convocação



8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Qualquer AGD exigida ou decorrente desta Escritura será realizada nos termos desta cláusula 8.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado no Jornal, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para sua instalação em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecido nesta Escritura ou em lei, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de comparecimento ou voto na respectiva AGD.

## 8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

## 8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

## 8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. Qualquer deliberação em AGD deverá contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto nas hipóteses de quorum específico previstas nesta Escritura.

## 8.5. Participação da Emissora

8.5.1. Se entender necessária a participação da Emissora em qualquer AGD, o Agente Fiduciário enviará notificação à Emissora informando-a da data e horário de referida AGD, que poderá decidir se participará ou não do conclave.



*[Handwritten signatures]*

**9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.

**10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

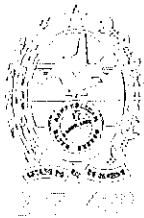
10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Garantias Reais e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como esta devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e o Contrato de Garantias Reais constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;



- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Garantias Reais bem como a Oferta, (1) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista no Contrato de Garantias Reais, ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (2) não exigem a aprovação de qualquer Pessoa, exceto por JUCERJA, CETIP e os cartórios referidos na cláusula 2.3.1 acima;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (b) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora, suas Controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante; e
- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, a suas Controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura ou do Contrato de Garantias Reais seja enganosa, incorreta ou inverídica.

10.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta cláusula 10 e do Contrato de Garantias Reais.

## 11. DESPESAS

11.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou qualquer das obrigações aqui previstas — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas —, será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

11.2. Caso o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa, a Emissora deverá reembolsá-los, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos comprovantes.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na cláusula 2 acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura, o Contrato de Garantias Reais e os demais documentos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debêntures e as Garantias Reais, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

12.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.



12.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

### 13. LEI APLICÁVEL E FORO

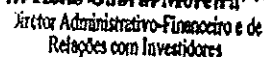
13.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

13.2. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com esta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012.


  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

Por:   
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores  
DF - CEDAE


Por:   
Cargo: Diretor de Projetos Estratégicos - DE CEDAE

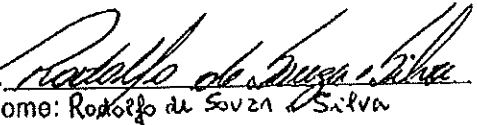
  
PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Por: Viviane Rodrigues  
Cargo: Diretora

  
Por: Flávio D. Aguetoni  
Cargo: Procurador

### Testemunhas:

1.   
Nome: Karen Deberg Reis  
RG: 30304024-4

2.   
Nome: Rodolfo de Souza Silva  
RG: 325572274

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE

Nire: 33.3.0008797-4

Protocolo: 00-2012/048893-0

CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº

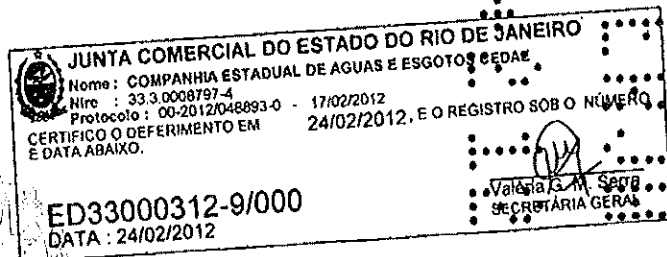
ED33000312-9/000

DATA: 24/02/2012

Valéria Serra  
SECRETARIA GERAL

Carteira 1 nº 01103 de 2012

1. 14.24.00





## Anexo I — DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
"Aditamentos"	conforme definido na cláusula 2.2.1
"AGD"	conforme definido na cláusula 8.1.1
"Agente Escriturador"	conforme definido na cláusula 3.7.1
"Agente Fiduciário"	conforme definido no preâmbulo
"Alienação" (bem como o verbo correlato "Alienar")	qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
"Amortização Programada"	conforme definido na cláusula 4.12.1
"Arrecadações"	total de recebimento dos pagamentos dos Usuários em contraprestação dos Serviços.
"Assembleia Geral"	conforme definido na cláusula 6.1.(i).(c)
"Banco Mandatário"	conforme definido na cláusula 3.7.1
"Caixa"	é a Caixa Econômica Federal.
"CETIP"	CETIP S.A. — Mercados Organizados
"Código Civil"	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
"Código de Processo Civil"	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
"Concessões"	concessões outorgadas à Emissora para a prestação dos Serviços
"Contrato de Colocação"	conforme definido na cláusula 3.6.1
"Contrato de Concessão RJ"	é o "Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações", celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Emissora e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007



*[Handwritten signature]*

"Contrato de Garantias Reais"

conforme definido na cláusula 4.7.2

"Controle" (bem como os correlatos "Controlar" ou "Controlada")

a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa

"Coordenador Líder"

Banco Santander (Brasil) S.A., conforme definido na cláusula 3.6.1

"CVM"

Comissão de Valores Mobiliários

"Data de Emissão"

conforme definido na cláusula 4.3.1

"Data de Pagamento de Remuneração"

conforme definido na cláusula 4.8.2

"Data de Vencimento"

conforme definido na cláusula 4.4.1

"Debêntures"

conforme definido no preâmbulo

"Debêntures em Circulação"

conforme definido na cláusula 4.8.8

"Debenturistas"

conforme definido no preâmbulo

"Dívida Light"

significa o "Contrato de Confissão de Dívida, Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações", celebrado entre a Emissora e a Light — Serviços de Eletricidade S.A. e o Banco Itaú S.A. em 22 de dezembro de 2005, e aditado em 18 de dezembro de 2006, 28 de dezembro de 2007 e 05 de agosto de 2011.

"Dívida Prece"

significa, em conjunto, os seguintes instrumentos celebrados entre a Emissora e a Prece — Previdência Complementar (i) "Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívidas, que entre si fazem a Prece — Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE", celebrado em 13 de agosto de 2001 e aditado em 05 de agosto de 2011 e em 15 de dezembro de 2011; (ii) "Termo de Contrato e Confissão de Dívida que entre si celebram a Prece — Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE", celebrado em 13 de agosto de 2001 e aditado em 05 de agosto de 2011 e em 15 de dezembro de 2011; e (iii) "Contrato de Assunção de Compromisso e de Financiamento que entre si celebram a Prece — Previdência Complementar e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE", celebrado em 15 de dezembro de 2011.

"Dívidas Existentes"

significa a Dívida Light, a Dívida Prece ou ambas



"DOERJ"	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
" <u>Edital de Resgate Antecipado</u> "	conforme definido na cláusula 4.14.1.(i)
" <u>Emissão</u> "	conforme definido na cláusula 3.2.1
" <u>Emissora</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Encargos Moratórios</u> "	conforme definido na cláusula 4.11.3
" <u>Escritura</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>FIDC</u> "	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, inscrito no CNPJ nº 14.137.344/0001-51
" <u>Garantias Reais</u> "	conforme definido na cláusula 4.7.2
" <u>Impacto Adverso Relevante</u> "	Impacto relevante que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Emissora, suas Controladas ou coligadas.
" <u>Índice Financeiro</u> "	conforme definido na cláusula 5.1.1.(xxiv)
" <u>Instrução CVM 28</u> "	Instrução nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
" <u>Instrução CVM 358</u> "	Instrução nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
" <u>Instrução CVM 409</u> "	Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
" <u>Instrução CVM 476</u> "	Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
" <u>Investidores Qualificados</u> "	conforme definido na cláusula 2.5.2.1
" <u>IGP-M</u> "	Índice Geral de Preços do Mercado
" <u>IPCA</u> "	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
" <u>Jornal</u> "	conforme definido na cláusula 2.1.1
" <u>JUCERJA</u> "	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> "	Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
" <u>Municípios</u> "	são todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, para os quais a Emissora presta os Serviços
" <u>Municípios Autorizados</u> "	são todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro aos quais a CEDAE presta os Serviços, inclusive, sem limitação, aqueles cujos documentos de arrecadação possuem código de



"Municípios Excluídos"

cobrança nº 014, com exclusão dos Municípios Excluídos

são os municípios: (i) do Rio de Janeiro (com exceção da Área de Planejamento 5, conforme definido no Contrato de Concessão RJ), com relação aos quais os direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tal localidade foram cedidos em favor do FIDC, nos termos do "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre a CEDAE e o FIDC, dentre outros, em 1º de dezembro de 2011; e (ii) de Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com relação aos quais os direitos creditórios oriundos da prestação dos Serviços para os Usuários de tais localidades encontram-se onerados em favor da Caixa, nos termos do "Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças" celebrado em 03 de novembro de 2011 entre a União e a CEDAE, com a interveniência da Caixa e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

"Obrigação"

toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente desta Escritura, do Contrato de Garantias Reais e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial, (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal (que deverá ser calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento), Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora, (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais, (v) haver qualquer outro montante devido pela Emissora aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços para a Oferta e a Emissão, ou nos termos desta Escritura ou do Contrato de Garantias Reais; e (vi) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão

"Oferta"

conforme definido na cláusula 2.4.1

"Oferta de Resgate Antecipado"

conforme definido na cláusula 4.14.1

"Ônus" e o verbo correlato "Onerar"

quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários



"Parte Relacionada"

(1) Com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (i) a Controle, (ii) seja por ela Controlada, (iii) esteja sob Controle comum, e (iv) seja com ela coligada, (2) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau, e (3) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

"Partes", e individualmente "Parte"

conforme definido no preâmbulo

"Participação no Resultado"

dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado de qualquer Pessoa distribuída aos seus sócios, acionistas, associados, quotistas, proprietários ou titulares de participação em questão, conforme o caso

"Pessoa"

qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, trust, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica

"Período de Capitalização"

conforme definido na cláusula 4.8.3

"RCA"

conforme definido na cláusula 1.2.

"Relatório de Arrecadações"

relatório contendo (i) o total das Arrecadações no período indicado; e (ii) memória de cálculo para apuração do percentual referido na cláusula 5.1.1(iv), segregada em Municípios Autorizados e Municípios Excluídos.

"Remuneração"

conforme definido na cláusula 4.8.1

"Reorganização Societária"

em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 480, de 2009

"Resgate Antecipado"

conforme definido na cláusula 4.14.1

"Serviços"

são os Serviços Água e os Serviços Esgoto, em conjunto, assim como a cobrança por tais serviços, prestados pela Emissora ao amparo das Concessões

"Serviços de Água"

são os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável

"Serviços de Esgoto"

são os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos



" <u>SND</u> "	conforme definido na cláusula 2.5.1
" <u>Spread</u> "	conforme definido na cláusula 4.8.1
" <u>Taxa DI</u> "	conforme definido na cláusula 4.8.1
" <u>Taxa Substitutiva</u> "	conforme definido na cláusula 4.8.5
" <u>Usuários</u> "	usuários dos Serviços da categoria residencial, comercial e industrial
" <u>Valor Nominal</u> "	conforme definido na cláusula 4.1.1



DA #7846090 - v15